

Precursosores do movimento ambientalista maranhense: as critica do médico Felicíssimo Rodrigues Fernandes

Profa. Ms.Zulimar Márta Ribeiro Rodrigues
Departamento de Geociências da UFMA
Doutoranda em Geografia Humana/USP
zmarita@usp.br

Resumo

O trabalho analisa a história do movimento ambientalista na cidade de São Luis-MA no início do século XX, a partir da matriz História Ambiental. Utilizaram-se os relatórios da Diretoria do Serviço Sanitário do Maranhão, entre 1901 e 1905, quando o médico Felicíssimo Rodrigues Fernandes, atuou como Inspetor desta diretoria. A pesquisa é bibliográfica, subsidiado pela “análise de conteúdo” e a “análise de discurso”. O médico Felicíssimo Rodrigues Fernandes faz críticas em relação à degradação ambiental da Capital e do Estado Maranhenses. Os relatórios apresentados pelo médico trazem no seu bojo, uma série aspectos que associam os problemas de degradação dos recursos naturais na cidade e a saúde de seus moradores. Contemplam ainda, temas sobre o saneamento da cidade, como: “esgotos”, “enterramentos”, “remoção do lixo”, “transporte de carne verde” e “depósitos de lixo”. Especificamente no relatório de 1905, Felicíssimo Rodrigues detalha mais sua percepção sobre as questões ambientais da capital maranhense. Incluiu neste relatório, os tópicos “Devastação das florestas”, “Queima dos campos” e “Abastecimento d água potável”, em que deu mais ênfase ao problema da devastação das florestas e a provável escassez de água. Pode-se concluir que as observações do médico Felicíssimo Rodrigues apresentam, a princípio, uma interessante critica ambiental se comparada à época e aos críticos ambientais precedentes. As várias medidas preventivas apresentadas pelo médico antecedem em alguns tópicos a legislação atual sobre os recursos hídricos; assim como outras observações e/ou críticas identificadas nos relatórios analisados.

Palavras-chave

São Luis-MA, historia ambiental

Introdução

Considera-se que a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, efetivamente como marco histórico que trouxe a temática ambiental para a agenda das discussões internacionais, embora em momentos anteriores outros eventos, de menor porte, foram realizados. A partir de Estocolmo há uma visibilidade maior para a questão ambiental, que só foi superada vinte anos depois com a realização da ECO-92.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento ou ECO-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992, representou uma etapa importante para a temática ambiental a nível mundial. Comparativamente, os dois eventos supracitados, embora com um interstício de vinte anos, são lembrados sempre para descrever a ampliação do referido debate.

A realização de eventos específicos para debater a temática ambiental reflete, sobretudo, certa visão crítica que aflorou nas décadas de 1970 e posteriormente em 1990; vide os eventos já mencionados e outros. Entretanto, pode-se afirmar que este processo de análise crítica originou-se em épocas diferentes das supracitadas datas; de forma pontual e esporádica no mundo e no Brasil.

Investigar a história do pensamento crítico ambiental brasileiro torna-se, portanto, um campo vasto para a pesquisa acadêmica. Buscar as primeiras percepções ou representações sociais sobre a “natureza”, o “meio ambiente” ou os “recursos naturais”; são peças chaves iniciais que podem ser utilizadas para analisar o afloramento da crítica ambiental. Entender, inicialmente, como a natureza foi percebida e explorada. Como consequência, investigar como e porque as primeiras críticas ao modelo de exploração dos recursos naturais surgiram.

Este trabalho visa analisar a constituição de uma história do movimento ambientalista na cidade de São Luis, Maranhão; a partir da matriz da História Ambiental. Uma história ambiental que busca investigar e entender as representações sociais sobre a natureza na cidade no início do século XX. Para tanto, utiliza-se com mote, os relatórios da Diretoria do Serviço Sanitário do Maranhão, especificamente o datado de 1905 e escrito pelo médico Felicíssimo Rodrigues Fernandes.

A História do Ambientalismo

Produzir uma história do ambientalismo pressupõe utilizar os métodos de investigação da História, que tradicionalmente, teve como tarefa pesquisar os fatos e atores sociais de suas inter-relações temporais. Entender os processos econômicos, sociais e culturais na dimensão espaço-temporal são inferências utilizadas no campo do conhecimento histórico.

Observa-se atualmente, no campo da pesquisa histórica, uma ampliação de suas temáticas; e é nesta perspectiva, que se insere a histórica ambiental. “A idéia de uma história ambiental começou a surgir na década de 1970, à medida que se sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas entre os cidadãos de vários países” (WORSTER, 1991, p.197). Efetivamente, em alguns países, a história ambiental tornou-se uma disciplina acadêmica, como afirma Drummond (1991); e Worster (1991) que destaca os EUA e a França como centros produtivos nesta seara.

Nesta perspectiva teórica, a produção das pesquisas, tem basicamente três tipos de abordagens: o entendimento da natureza propriamente dita – como se organizou e funcionou no passado; incluindo os aspectos orgânicos quanto inorgânicos. A segunda abordagem trabalha os aspectos econômicos e sua interação com o ambiente; e uma terceira abordagem que investiga basicamente a partir das categorias: percepção, ideologia e valores atribuídos à natureza (WORSTER, 1991, p.202). Ainda para o mesmo autor, esta última abordagem vem do tipo de “interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza”.

Para Drummond (1991) um campo importante de investigação da história ambiental é a dos *valores humanos atribuídos à natureza*, considerando a produção literária. Drummond destaca especificamente três livros: “*The machine in the garden-technology and the pastoral ideal in América*” de Leo Marx, escrito na década de 1960; “*Wilderness and the American mind*” de Roderick Nash, do ano de 1982; e “*Beyond geography – the western spirit against the wilderness*” de Frederick, escrito em 1983 e traduzido para o português: “O espírito ocidental contra a natureza”, em 1990.

O mote central das pesquisas na história ambiental é entender os valores culturais, sociais, econômicos e políticos atribuídos à natureza. Ou mais precisamente, como e porque as questões sobre a natureza foram introduzidas e tratadas no *ethos* característico de uma determinada coletividade, época ou região. Corroborando com a temática, Worster (1991, p.210) afirma que:

Os humanos são animais que carregam idéias, assim como ferramentas, e uma das mais abrangentes e mais conseqüentes delas tem o nome de ‘natureza’. Mais precisamente, a ‘natureza’ não é uma idéia, mas muitas idéias, significados, pensamentos, sentimentos, empilhados uns sobre os outros, frequentemente da forma menos sistemática possível. Todo indivíduo e toda cultura criam esses aglomerados

Uma evidência nas pesquisas em história ambiental, é que estas, permeiam os campos interdisciplinares das ciências, por isso mesmo enriquecedora; para esclarecer os seus objetos de estudo. Há uma aproximação com várias outras disciplinas, das ciências naturais e sociais, das quais retira subsídios teóricos para realizar suas pesquisas. Worster (1991) reconhece, por exemplo, que há uma aproximação da História Ambiental com a Geografia.

Baseados nesta aproximação, propõem-se um amalgama entre História Ambiental e a Geografia, para delinear uma História do Ambientalismo. Cabe esclarecer que se entende aqui, por movimento ambientalista, um campo ambiental; no sentido de Bourdieu (1996, p.53, grifos do autor) quando trabalha a noção de “campo”. Utilizado para designar um espaço social, em que grupo de pessoas e instituições se definem e se relacionam por relações de poder entre si. Porém, o campo ambiental, está mais próximo ainda de sua definição de “campos de produção cultural”, em “que neles estão envolvidos, um *espaço de possíveis* que tende a orientar sua busca definindo o universo de problemas, de referências, de marcas intelectuais”.

Compartilhamos ainda com a concepção de Castells (1999, p.143), sobre o ambientalismo, que o interpreta como: “todas as formas de comportamento coletivo que, tanto em seus discursos como em sua prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural”.

Ao propor-se uma historiografia do movimento das críticas ambientais, é entender como e porque a degradação ambiental começou a ser observada como um problema. Quem foram os atores que conduziram uma percepção para as questões ambientais? Em quais lugares e porque surgiram? É possível resgatar e responder a estas indagações? Vejamos o que nos fala McCormick(1992, p.21):

O movimento ambiental não teve um começo claro. Não houve um acontecimento isolado que inflamasse um movimento de massa, nenhum grande orador ou profeta que surgisse para incendiá-las, poucas grandes batalhas perdidas ou ganhas e poucos marcos dramáticos. O movimento não começou num país para depois espalhar-se em outros; emergiu em lugares diferentes, em tempos diferentes e geralmente por motivos diferentes.

Há evidentes heterogeneidades sobre o prelúdio do ambientalismo, conforme o autor e seu campo de conhecimento. Talvez haja um consenso sobre a origem no neologismo “ambientalismo”, que para Rodrigues (1992) apud Houaiss (2001) apareceu em 1975.

Podemos afirmar que a Geografia, especificamente a Geografia da Saúde, inicia a investigação no *campo ambientalista* a partir da relação entre o clima e a saúde humana. E o início desta relação, remota a cultura clássica grega, como assevera Urtega (1990, p.03, grifos do autor): “La primera exposición amplia de las convicciones ambientalistas está contenida en el *Corpus Hippocraticum*, y especialmente en el tratado Sobre los aires, las aguas y los lugares (siglo V a.C.)”.

O legado hipocrático desempenhou um papel importante e subsidiou várias outras investigações científicas, teorias políticas e sociais que foram aplicadas posteriormente em diferentes lugares; e com conotações ideológicas também diferentes. Entretanto, o destaque que se faz aqui, é para a projeção que o elemento climático conseguiu a partir do *Corpus Hippocraticum*.

A partir deste atributivo, podemos afirmar que surgiu com o pensamento hipocrático, um movimento ambientalista climático; que se inicia de forma pontual e ganha proporções maiores.

Podemos dizer que o clima foi o tema precípua, posteriormente outras abordagens foram sendo incluídas, conforme o campo ambientalista foi se ampliando. Novos temas como as florestas, os animais, os rios, por exemplo, foram inseridos.

Uma outra questão relevante à história ambiental, e a ampliação das temáticas para o movimento ambientalista, refere-se às diversas concepções de natureza que variaram ao longo dos tempos e das sociedades; como lembra Ribeiro (2005, p.325), que as concepções de natureza “sustentam-se de acordo com as matrizes imaginárias dos diversos grupos sociais que instituem suas referências”.

Se a concepção de natureza variou conforme as referências culturais; estas referências influenciaram a percepção para os primeiros problemas ambientais. McCormick(1992, p.21), sobre as origens do movimento ambientalista, interpreta como fatos mais imediatos e pessoais, que levaram a percepção.

As questões ambientais mais antigas eram questões locais. Uma vez compreendidos os custos mais imediatos e pessoais da poluição, da caça ou da perda das florestas, os indivíduos formaram grupos, que formaram coalizões, que se tornaram movimentos nacionais e, finalmente, um movimento multinacional. Esta evolução foi episódica, com períodos de expansão dinâmica intercalados por tempos de sonolência.

Destarte, o movimento ambientalista esteve ligado, originalmente, a fatos locais, e como afirma o autor supracitado, “foi episódica, com períodos de expansão dinâmica intercalados por tempos de sonolência”.

Segundo Pádua (2002, p.10), que também realiza uma reflexão sobre o movimento ambientalista, afirma que este, é usualmente identificado como “um fenômeno do mundo contemporâneo, uma conseqüência das grandes transformações [...] que acompanharam a expansão planetária da civilização urbano-industrial”. Segundo o mesmo autor, existe, uma nova historiografia que está retrocedendo “em alguns séculos a cronologia da controvérsia ambiental” e que vem “destacando a importância das colônias tropicais européias como um dos espaços privilegiados para o seu aparecimento”.

A partir da premissa acima, buscamos identificar uma historiografia da crítica ambiental maranhense. Considerando que as mesmas também retrocedem ao que comumente se chama de movimento ambiental do mundo contemporâneo.

Pressupostos para a crítica ambiental maranhenses do início do século XX

Sabe-se que o Brasil e o Maranhão, por extensão, são espaços geográficos que foram inseridos no circuito econômico da colonização européia. Esta inserção foi marcada pela exploração econômica dos seus recursos naturais; a história da ocupação territorial destes espaços foi uma sucessão de ciclos econômicos pautados na extração de madeira, de minérios e uso intensivo do solo. Notadamente, nesta fase da colonização européia, não havia nenhuma preocupação com a questão ambiental, tendo em vista que o principal objetivo era o econômico.

No Brasil, o desígnio expansionista foi marcado por um padrão de intensiva exploração dos recursos, que no dizer de Moraes (2003, p.80): “a natureza brasileira é vista como pura riqueza a ser apropriada, e o espaço e os recursos naturais são tomados como inesgotáveis. Daí a idéia do país como celeiro de riquezas, o ‘gigante deitado em berço esplêndido’”.

Os cronistas coloniais, de um modo geral, descreveram a natureza do Brasil usando superlativos e manifestando intensa admiração diante de seus atributos. Este discurso esteve presente desde a carta de Pero Vaz de Caminha, quando este expressou elogios laudatórios à natureza brasileira e enviou a sua majestade o rei de Portugal.

Os primeiros registros sobre o Maranhão dentro do projeto colonizador francês estão prenhes de exemplos que retratam também a imagem de uma natureza exuberante e diversa. Dentre os primeiros cronistas que produziram esta imagem, destaca-se aqui o Padre Cláudio d’Abbeville, em 1612, quando descreve:

Em beleza não tem menos que admirar a Ilha do Maranhão. Notam-se aí a perder de vista grandes e bonitos campos, onde há várias povoações e aldeias, ora colina e ora vales, já bonitas montanhas, admiráveis por sua grandeza e altura, e já variedade de terrenos de diversas cores (D’ABBEVILLE, 2002, p.212).

Seguindo sua dissertação refere-se ao Maranhão e suas circunvizinhanças, “como um quadro bonito e raro, admirado por muitos que talvez não creiam em suas belezas”. Os relatos seguintes traduzem uma verdadeira “tradição edênica”, ponto comum dos cronistas coloniais expressos sob a imagem do Brasil como todo.

Os primeiros relatos históricos sobre o estado do Maranhão expressaram as noções de “exuberância” e “infinidade” que os colonizadores tinham sobre a natureza aqui encontrada. Estas noções preliminares seguem, de fato, a concepção de que os recursos naturais eram infinitos.

Entretanto, pode-se afirmar que uma consciência crítica diante da destruição da natureza começou a surgir no Mundo, no Brasil e conseqüentemente no Maranhão. Estas primeiras críticas surgiram bem antes dos grandes encontros internacionais, como já mencionados anteriormente.

Analisando a formação da crítica ambiental oitocentista no Brasil, Pádua (2002), reconstitui a existência de uma reflexão crítica sobre a questão ambiental entre pensadores que atuaram no país entre 1786 e 1888. Todavia afirma que, de maneira geral, os pensadores analisados em sua pesquisa, “não defenderam o ambiente natural com base em sentimentos de simpatia pelo seu valor intrínseco [...], mas sim devido à sua importância para a construção nacional. Os recursos naturais constituíram o grande trunfo para o progresso futuro do país [...]”.

Ainda assim, referencia Pádua (2002), os intelectuais brasileiros produziram “alertas” contra a degradação ambiental entre o final do século XVIII até o final do XIX. Período em que o Brasil inserido no modelo econômico capitalista europeu, foi objeto de exploração destruidora de seus recursos naturais e humanos. O alerta chama a atenção para a destruição das florestas brasileiras, muito embora os seus discursos não objetivassem exatamente uma precaução e/ou prevenção ambientalista.

Pode-se afirmar que, um número significativo do que poderíamos chamar de “visionários precursores” do movimento ambientalista emergiram no Brasil e conseqüentemente no Maranhão. Estes precursores preconizaram o uso racional dos recursos naturais imbuídos pelos mais diversos motivos e influencias teóricas. Seus discursos e estudos foram divulgados inicialmente alertando sobre a relação entre o ambiente e a saúde; posteriormente novos enfoques foram inclusos: a destruição das matas, a escassez da água, a insalubridade das cidades, dentro outros.

Mas o que de fato aproximou a Medicina e o Ambientalismo? A principio a tradição hipocrática e a formação dos nossos médicos tem uma relação direta. Para tornar mais inteligível esta aproximação cabe esclarecer alguns fatos precedentes.

Ressalta-se inicialmente a Academia Imperial de Medicina fundada em 1835, no Brasil, que foi o centro de formação profissional da época. Segundo Pádua (2002, p.180), “a carreira médica, naquele momento histórico, representou um espaço de convergência para indivíduos interessados no estudo sistemático da natureza. Era comum que botânicos e zoólogos realizassem uma formação médica, inclusive para obter maior estabilidade profissional”.

O trabalho de Kury (1990) é emblemático para reforçar este argumento e acrescentar mais alguns, quando investigou a Academia Imperial de Medicina e percebeu que um dos temas centrais, para os médicos da época, foi o discurso político sobre a tropicalidade do Brasil. Conforme Kury (1990) o pensamento médico brasileiro comungava com o mesmo tema que ocupava de forma expressiva o conjunto da elite intelectual: “o potencial de civilização dos trópicos”. No contexto desse

debate, a qualidade do meio natural dividiu a opinião de muitos médicos; enquanto alguns elogiavam a fertilidade e salubridade, outros apontavam os mesmos elementos como causadores das doenças.

Cabe esclarecer que esta era uma polêmica atrelada ao contexto cultural do final do século XIX e início do XX, dentro da qual, os intelectuais brasileiros, debatiam sobre o processo de formação de uma “identidade nacional”, associando-a as questões da diversidade étnica e da tropicalidade do país, como afirmaram (LIMA, 1999) e (MACHADO, 1995).

Para atender os ditames do patriotismo da época, os médicos brasileiros tiveram uma missão a cumprir, que na opinião de Kury (1990, p.81), foi o de “subtrair” os aspectos negativos da tropicalidade do país e atender os preceitos do higienismo.

No Brasil, o tipo de afirmação que considera os climas quentes particularmente mortíferos trouxe enormes problemas para os médicos imperiais, cuja missão científica era subtrair os aspectos perniciosos do clima tropical. Para construir uma nação civilizada nos trópicos era necessário vencer a natureza pelas forças da civilização, ou seja, utilizar todos os recursos propostos pela higiene.

É interessante observar, como fez Pádua (2002, p.180), que já havia nos discursos médicos uma preocupação com as florestas brasileiras. Para o autor o marco destes discursos foi à conferência do médico Emílio da Silva Maia, realizada em 1835, na sede da Academia Imperial de Medicina; com o título “*Discurso sobre os males que tem produzido no Brasil o corte das matas e sobre os meios de os remediar*”. Durante este discurso está explícito o aspecto patriótico, como releva as palavras do mesmo:

Poderia eu, como brasileiro e como médico, ser indiferente a tantos males que tem acarretado sobre nossa pátria o bárbaro e desumano sistema de corte das nossas preciosas matas? De certo que não, pois como brasileiro os males da pátria me são mui sensíveis e como médico os da humanidade me tocam mui de perto. (MAIA, 1835 apud PÁDUA, 2002, p.180).

Cabe aqui lembrar McCormick (1992, p.21, grifos nossos), quando elucida sobre o movimento ambientalista, declarando que este “não começou num país para depois espalhar-se em outros; **emergiu em lugares diferentes, em tempos diferentes e geralmente por motivos diferentes**”. É, valendo-se desta sentença, que se transpõe para a historiografia do movimento ambientalista maranhense e questiona-se: como e através de qual campo de conhecimento este viés crítico surge? Como os pensadores, os intelectuais ou estudiosos maranhenses iniciaram suas críticas? Quais são as matrizes teóricas influenciaram tais pensadores? . Preliminarmente, pode-se afirmar que, um dos aspectos do movimento ambientalista foi adotado principalmente, no campo da Medicina, na segunda metade do século XIX e início do século XX. Entretanto, o exemplo do médico Felicíssimo Rodrigues Fernandes, é significativo para ilustrar o incipiente discurso da crítica ambiental maranhense no período em alusão.

Felicíssimo Rodrigues Fernandes: um médico ambientalista

Nos registros feitos sobre o Maranhão há uma clara visão do domínio dos estudos naturalistas, etnográficos, geográficos e nosológicos realizados por intelectuais de diferentes formações com o intuito de desvelar as terras e os costumes maranhenses. Inicialmente, estes registros foram realizados por viajantes e posteriormente por maranhenses (RODRIGUES, 2004). Os primeiros relatos dos viajantes estrangeiros datam do início do século XV; e os posteriores, foram os resultados de uma sistematização do conhecimento sobre o estado maranhense e sua capital, dos mais variados campos de conhecimentos.

É relevante destacar que há uma relação homóloga entre o discurso médico maranhense e o *Corpus Hippocraticum* na atenção dada ao clima. Como exemplo, pode-se citar o médico Augusto César Marques como sua tese de doutoramento “Climas e moléstia mais freqüentes na Província do Maranhão” que data de 1854; e ainda do médico Nosôr Galvão que escreveu o trabalho “Climatologia Médica do Estado do Maranhão”, datado de 1909 (RODRIGUES, 2004). Portanto, pode-se considerar que o discurso ambientalista maranhense nasce através da medicina; como a preocupação em saber como o clima influenciava a saúde dos maranhenses.

É diante deste contexto que se insere o médico Felicíssimo Rodrigues Fernandes, quando ocupou o cargo de Inspetor do Serviço Sanitário do Maranhão entre 1901 e 1905. Neste ínterim, fez algumas críticas em relação à degradação ambiental da Capital e do Estado Maranhenses.

Para fomentar a discussão faz-se necessário recuperar alguns aspectos do espaço urbano de São Luis e o saneamento urbano. Palhano (1988) analisando a prestação dos serviços públicos urbanos de São Luis, em períodos anteriores ao republicano, admitiu uma ineficiência e impassividade das autoridades competentes; e este quadro contribuiu para a má distribuição e o consumo; bem como para as moléstias que grassaram o espaço urbano.

Em São Luís, os serviços de infra-estrutura urbana instalados, tiveram como modelo a Capital da República, assim como as principais cidades da época, entretanto, segundo Palhano (1988, p.154), apesar de despontar na precocidade da instalação dos serviços, seguiu o “caminho da reversão de expectativa, a ponto de transformarem uma cidade que, no início, foi uma das primeiras dispostas a produzir tais serviços, mas que, melancolicamente, acabou sendo uma das últimas, ao longo da fase republicana, a buscar modernizar os seus obsoletos equipamentos”.

Cabe ressaltar que em 1904, a Lei nº. 358, organizou o serviço sanitário no Maranhão, dividindo-o em duas partes: a primeira, em competências sobre a saúde pública entre Estado e Município; e a segunda, constou no primeiro Código Sanitário do Estado (RODRIGUES, 2004).

Pode-se afirmar que o Código Sanitário foi o resultado da evolução das leis sanitárias, haja vista as Posturas Municipais que iniciaram o processo de disciplinamento do espaço urbano e de seus moradores, e seguia ainda uma tendência nacional do higienismo urbano. Cita-se, por exemplo, que em 1894, o estado de São Paulo promulgou seu primeiro Código Sanitário (MIZIARA, 2001).

Ocupando o cargo de Inspetor do Serviço Sanitário o médico Felicíssimo Rodrigues, encontra a capital maranhense em plena fase do “movimento sanitarista”; pois, durante as primeiras décadas do século XX, foi o período de maior destaque para o saneamento urbano. E com destaque para os trabalhos dos engenheiros e médicos e as consecutivas tentativas das administrações municipais em promover uma “reforma urbana” (RODRIGUES, 2004).

Os relatórios apresentados pelo então Inspetor do Serviço Sanitário, no período de 1901 a 1905, trazem no seu bojo; uma série aspectos que associam os problemas de degradação dos recursos naturais da cidade e a saúde dos cidadãos (MARANHÃO, 1901 a 1905). O tópico “Abastecimento de água potável” aparece sistematicamente nos relatórios de 1901, 1902, 1903 e 1905. A falta de água potável para abastecer a cidade era uma das preocupações do referido médico; assim como as implicações desta para a saúde e as medidas preventivas para evitar a escassez de água na cidade. Com é possível constatar em trechos dos seus escritos:

A falta d'água com que sempre tem lutado esta Capital criou a necessidade de lavar-se a roupa em fontes mais ou menos distantes, onde se aglomeram em uma promiscuidade indiscriptível grande numero de lavadeiras, o que tem o grave inconveniente de facilitar a transmissão das moléstias contagiosas (RODRIGUES, 1901 apud MARANHÃO, 1901).

O autor é ciente que o problema de abastecimento de água na cidade é antigo e está relacionado à insuficiência dos mananciais onde a Companhia das Águas São Luiz fazia a captação à época. E para tanto, continua em seu relatório, alertando para a importância da quantidade e qualidade da água potável na vida das cidades.

Previendo no futuro próximo a crise no abastecimento de água, o médico segue com instruções para evitar o problema, afirmando que:

Para que de futuro não nos venha a faltar agua abundante e de boa qualidade, é indispensável desde já, enquanto os terrenos se acham desvalorizados, que se trate de estudar por pessoal idoneo todos os mananciais que possam ser convenientemente aproveitados para serem os respectivos terrenos desapropriados e transformados em florestas publicas (RODRIGUES, 1901 apud MARANHÃO, 1901).

Ainda no mesmo relatório, há uma visão bem interessante sobre os benefícios da preservação das florestas para a manutenção dos mananciais de água; asseverando que:

E sabido que as florestas impedem as inundações e augmentam as riquezas dos manaciais que nella tem origem: impedem as inundações, embaraçando o facil escoamento das agua meteóricas que cahem na superfície do solo, já as retendo por algum tempo na vasta superfície formada pelo conjuncto dos seos ramos[...] facilitando a penetração dessas mesmas aguas para as camadas profundas do solo[...] (Ibid., 1901).

Nos relatórios dos anos subseqüentes há uma continuação dos tópicos acima mencionados com poucas alterações. Outros temas pertinentes ao saneamento da cidade estão inclusos nos relatórios, como “esgotos”, “enterramentos”, “remoção do lixo”, “transporte de carne verde”, “depósitos de lixo”, dentre outros.

Especificamente no relatório de 1905, Felicíssimo Rodrigues detalha mais sua preocupação sobre as questões ambientais da Capital maranhense. Incluiu neste relatório, os tópicos “Devastação das florestas” e “Queima dos campos”; pois, nos anteriores não estava explícitos dessa forma.

Ao que parece o autor procurou dá mais ênfase ao problema da devastação das florestas, pois este tópico foi segmentado do item “Abastecimento d`agua potavel”, provavelmente, por isso, há uma critica ambiental mais explícita quando afirma que:

O sistema de cultura seguido entre nós, sem outra orientação que não o lucro immediato, e obbtido com o mínimo esforço e despendio, tem ido destruindo as opulentas florestas que cobriam os terrenos mais proximos do mar, e das margens dos nosso rios navegáveis, e dahi resulta um sem numero de males e prejuisos que, comquanto ainda não muito sensíveis, merecem ir sendo attenuados desde já, porque se não tornam insanáveis em futuro não muito remoto (RODRIGUES, 1905, p.03 apud MARANHÃO, 1905, grifos nossos).

A seqüência do seu texto, Felicíssimo Rodrigues é redundante quanto aos benefícios das florestas na manutenção dos mananciais de águas subterrâneas, já explicitados nos relatórios anteriores. Mas, continua com conjecturas a respeito dos prejuízos da devastação das florestas no tocante ao uso das madeiras para a construção civil e rural, observando a escassez do referido recurso:

A devastação crescente das florestas vai fazendo rarear, para as construcções civis e mesmo ruraes, as madeiras de bôa qualidade, outrora tão abundantes, que por via de regra são produzidas por plantas de crescimento moroso e de fructificação tardia e que por esta circumstancia tendem a desaparecer das zonas, onde os roçados se succedem no mesmo terreno com curtos intervallos (Ibid., p. 04,1905).

O estilo deste, medido ambientalista, apresenta uma interessante crítica ambiental se comparada à época e aos críticos ambientais relevados por Pádua (2002). Entretanto, este autor chamou a atenção dizendo que, em geral, os referidos intelectuais críticos; não foram tão benevolentes assim com as causas ambientais. E, que, provavelmente, havia outros interesses implícitos em seus discursos. Esta assertiva também pode ser aplicada as críticas do médico maranhense.

É interessante observar nas palavras do médico maranhenses, a atenção dada às perdas econômicas na devastação das florestas, quando relata: “No tocante à destruição das madeiras, **são incalculáveis os prejuízos pecuniarios** que nos aguardam, se não tratarmos de methodisar a exploração das florestas, quer privadas, quer do domínio do Estado, que as possui inumeras, e onde cada um corta sem o menor escrúpulo” (Ibid., p.04,1905, grifos nossos).

Há uma ênfase nas suas observações, com o intuito de impedir a devastação das matas nos locais onde se formam os mananciais que abastecem a população. Chama atenção ainda para a devastação ao longo das estradas. Neste sentido sugere a proteção dos mesmos.

Impedir a devastação das mattas, onde se formam os mananciais que abastecem os nucleos de população já numerosa, ou que tem probabilidade de facil desenvolvimento; proteger as estradas, determinando que de um e outro lado dellas se respeite, por ocasião dos roçados, uma faixa de mattos de 15 metros de largura; proteger os cursos d`agua, mesmo os de pequenas dimensões, determinando que em ambas as margens se respeite uma faixa de 25 metros de largura: são medidas de interesse geral que não devem ir sendo adiadas (Ibid., p.04,1905).

Pode-se inferir que nesta última citação, que há mais indícios do visionário pensamento do médico Felicíssimo Rodrigues. Quando preconiza a manutenção da cobertura vegetal ao longo das estradas maranhenses; bem como a manutenção das matas ciliares ao longo dos cursos dos rios. Estas suas orientações, por exemplo, antecedem em alguns tópicos, da legislação atual, sobre a proteção dos recursos hídricos.

O segundo aspecto que chama atenção no relatório de 1905 é o tema “Queima dos campos”, quando o autor faz críticas ao modo como os moradores dos campos ateiavam fogo com o pretexto de matar cobras e outros animais prejudiciais ao gado. Em seu relato afirma a necessidade de impedir esta prática que pode trazer prejuízos, pois segundo ele:

[...] O fogo destróe também a parte organica das plantas, que, cahindo na terra depois de secca, concorrem para fertilisal-a. Além de tudo isso, quando cahem chuvas abundantes, seguidas de secca prolongada, formam-se nos campos pequenas collecções de água carregada de carbonato de potássio, proveniente das cinzas, e o gado que bebe dessa água adocece quasi sempre, e não raro morre, principalmente os bezerros. [...].

O autor finaliza o relatório de 1905 com outras recomendações sobre o abastecimento de carne e ainda sobre a carência de médicos no interior do estado maranhense. Não há referências sobre o referido medido nos relatórios posteriores ao ano supracitado.

Considerações Finais

Pode-se afirmar que a crítica ambiental, a partir do pensamento do médico Felicíssimo Rodrigues Fernandes, caracteriza-se como um ponto de convergência, que sobre vários aspectos, foram também objeto de denuncia ou preocupação de diferentes pensadores no Maranhão. Portanto, existem outros pensadores e suas respectivas, críticas ambientais, que precisam ser pesquisadas para que haja uma compreensão melhor do que pode ser chamado de movimento ambientalista maranhense.

O presente trabalho ainda é incipiente diante do que ainda precisa ser pesquisado. Existem alguns pontos que necessitam ser esclarecidos, como a própria biografia do médico, pois permitiria traçar um perfil de sua formação profissional e até suas ideologias políticas. Muitos detalhes de sua carreira profissional na cidade de São Luis não foram possíveis de identificar, o que com certeza enriqueceria a presente análise.

Pode-se concluir que as observações do médico Felicíssimo Rodrigues apresentam, a princípio, uma interessante critica ambiental se comparada à época e aos críticos ambientais precedentes. As várias medidas preventivas apresentadas pelo médico antecede em alguns tópicos a legislação atual sobre os recursos hídricos; por exemplo, assim como outras observações e/ou críticas identificadas nos relatórios analisados. Ratificando que a origem do movimento ambientalista não teve um começo preciso; emergiu em lugares, tempos e motivos diversos.

REFERÊNCIAS:

CASTELLS, M. O “verdejar do ser: o movimento ambientalista. In: _____.O poder da identidade. 3ª ed. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.141-168.

D'ABBEVILLE, C. História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas. São Paulo: Siciliano, 2002.

DRUMMOND, J.A. A história Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisas. Estudos Históricas, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p.198-215, 1991. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 15 ago 2006.

KURY, Lorelai Brilhante. O império dos miasmas: a Academia Imperial de Medicina (1830-1850). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1990.

LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, I. E.de.; GOMES, P.C.da C.; CORRÊA, R.L. (Org). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995

MARANHÃO, Assembléia Legislativa Provincial: Relatório da Inspectoria de Hygiene do Estado do Maranhão. São Luís, 1901. Disponível em:
< <http://www.crl.edu.content/brazil.mara> > . Acesso em: 25. nov. 2005.

MINAYO, Maria C. de S. (Org.) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MIZIARA, Rosana. Nos rastros dos restos: as trajetórias do lixo cidade de São Paulo. São Paulo: EDUC, 2001.

MORAES, A.C.R. Formação territorial e políticas Ambientais no Brasil. In: RIBEIRO, W.C.(org). Patrimônio Ambiental Brasileiro. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003, p.79-87.

PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PALHANO, Raimundo N. A produção da coisa pública, serviços públicos e cidadania na primeira República: a realidade loduicense. São Luís: IPES, 1988.

POHLMANN, Maria Alice; FARIA, Teresa Peixoto. A autora-lettras-artes-ciencias: palavras também constroem cidades 1900/1917. Disponível em:
< <http://www.aguaforte.com/osurbanistas/pohlmannefaria01-2004.htm> >. Acesso em: 08 ago 2003

RIBEIRO, W.C. Entre Prometeu e Pandora – sociedade e natureza no início do século XXI. In: CARLOS, A.F. A; LEMOS A.I. G(orgs). Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2005.p 323-334.

RODRIGUES, Z. M. R. Geografia da Saúde e o espaço urbano de São Luís: interfaces da relação saúde e ambiente no período de 1854-1954.2004. 237f. Dissertação (Mestrado em Saúde e

Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

URTEGA, L. La teoria de los climas y los orígenes del ambientalismo. Disponível em: <www.ub.es/goecrit/cienbil.htm>. Acesso em 20. out. 2006.

VIOLA, E. J. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. 49-75p. IN: GOLDENBERG, M. Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento em jogo e luta de idéias no movimento ecológico. Rio de Janeiro: Revan, 1992, 144p.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p.198-215, 1991. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 15 ago 2006.